

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

**CLARISSE EPIFANIO RAMOS**

**CONCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA  
ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ SOBRE O TEMA PRIVATIZAÇÃO**

MACEIÓ  
2020

**CLARISSE EPIFANIO RAMOS**

**CONCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA  
ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ SOBRE O TEMA PRIVATIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Corrêa

MACEIÓ  
2020

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

R175c Ramos, Clarisse Epifanio.

Concepções dos estudantes do ensino médio em uma escola pública de Maceió sobre o tema privatização / Clarisse Epifanio Ramos. – 2020.

57 f. : il., figs., graf. e tabs. color.

Orientador: Domingos Sávio Corrêa.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 55-56.

Apêndice: f. 57.

1. Privatização. 2. Percepção do estudante. 3. Neoliberalismo. I. Título.

CDU: 332.025.28

## Folha de Aprovação

CLARISSE EPIFANIO RAMOS

**CONCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ SOBRE O TEMA PRIVATIZAÇÃO** / trabalho de conclusão de curso de Geografia em Licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas, na forma normalizada de uso obrigatório.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.



---

Prof. Dr. Domingos Sávio Correa (Orientador)  
Universidade Federal de Alagoas – IGDema/Ufal

### Banca Examinadora:



---

Profa. Dra. Marta da Silveira Luedemann  
Universidade Federal de Alagoas – IGDema/Ufal

---

Prof. Me. Sinval Autran Mendes Guimarães Júnior  
Universidade Federal de Alagoas – IGDema/Ufal

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus.

Aos meus pais Ademar Ramos e Arlete Epifanio, a meus irmãos e ao meu esposo Gerisvan Ferreira , companheiros de todas as horas.

A minha família, pela confiança.

Ao orientador Prof. Dr. Domingos Sávio Correa, pelo apoio e motivação.

Aos amigos e colegas.

Aos professores do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente, em especial a Profa. Dra. Edna Telma Fonseca e Silva Vilar do Centro de Educação pelo apoio nos momentos difíceis da minha graduação.

## RESUMO

A presente pesquisa trata do processo de privatização que ao longo dos anos vem ocorrendo no Brasil e em Alagoas e principalmente da percepção dos estudantes do terceiro ano do ensino médio sobre essa temática. Nesta perspectiva o objetivo principal deste trabalho é debater a opinião desses estudantes sobre a atual política brasileira e seus desencadeamentos e implicações. A pesquisa parte de levantamento teórico com autores que tratam da temática do trabalho, análise de relatórios do BNDES, consulta a sites do governo e a mídia eletrônica para obtenção dos dados. A segunda etapa da pesquisa teve a aplicação de questionário com 40 alunos de duas turmas de uma escola da rede pública de ensino para obtenção dos dados. A análise dos dados evidencia dois grupos de alunos os que tem desinteresse no assunto e os que se interessam, mas tem pouco conhecimento sobre o tema do trabalho tendo como fonte de informação principal as redes sociais. A pesquisa apresentou algumas dificuldades decorrentes da Pandemia dae Coronavirus Disease 2019 (Covid 19) como a restrição da aplicação dos questionários a uma única escola. Há necessidade de mais investigações sobre o tema do trabalho para análises mais abrangentes.

**Palavras-chave:** Alagoas. Estado. Escola. Neoliberalismo. Empresas

## **ABSTRACT**

This research deals with the privatization process that has been taking place in Brazil and Alagoas over the years and mainly with the perception of third year high school students on this theme. In this perspective, the main objective of this work is to debate the opinion of these students on the current Brazilian policy and its triggers and implications. The research starts from a theoretical survey with authors dealing with the theme of the work, analysis of BNDES reports, consultation with government websites and electronic media to obtain the data. The second stage of the research involved the application of a questionnaire with 40 students from two classes in a public school to obtain the data. The analysis of the data shows two groups of students: those who are not interested in the subject and those who are interested, but have little knowledge about the topic of work, having as their main source of information social networks. The research presented some difficulties resulting from the Pandemic of the Coronavirus Disease 2019 (Covid 19) such as the restriction of the application of the questionnaires to a single school. There is a need for further research on the topic of work for more comprehensive analyzes.

**Keywords:** Alagoas. State, School. Neoliberalism. Companies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Leilão para concessão de serviços de iluminação.....	23
Imagem 2 - Aplicação do questionário turma 1 .....	38
Imagem 3 - Aplicação do questionário turma 2 .....	38



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desestatizações (1990 a 2015) .....	18
Tabela 2 - Projetos em andamento do PPI .....	22
Tabela 3 - Projetos do PPI em Alagoas.....	24

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conhecimento dos alunos sobre política .....	38
Gráfico 2 - Conhecimento dos alunos acerca de privatização.....	40
Gráfico 3 - Importância de conhecer as questões políticas que ocorrem no território.... 42	
Gráfico 4- Meio utilizado para obter informações sobre política .....	42
Gráfico 5- Conhecimentos acerca da diferença entre público e privado .....	43
Gráfico 6- Conhecimento dos alunos acerca da função do Estado .....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 NOÇÕES SOBRE POLÍTICA E PRIVATIZAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
2.1 O papel do Estado na economia e o Neoliberalismo.....	14
2.2 O Programa Nacional de Desestatização (PND) .....	18
2.3 Empresas previstas para as privatizações.....	21
2.4 O Programa de Parcerias e investimentos (PPI).....	23
2.5 Petrobras: Um caso à parte .....	26
<b>3 A ATUAL POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES E OS REFLEXOS NO TERRITÓRIO ALAGOANO.....</b>	<b>30</b>
3.1 A Privatização da Companhia Energética de Alagoas e do Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares.....	30
3.2 Privatizações em Alagoas de 1992-2015.....	33
3.3 O programa de parcerias e investimentos em Alagoas.....	34
<b>4 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE POLÍTICA E PRIVATIZAÇÕES .....</b>	<b>40</b>
4.1 Importância da Geografia política na análise crítica dos alunos.....	40
4.2 Análise dos questionários aplicados nas turmas A e B.....	41
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta tem como objetivo analisar se os alunos do 3º ano do Ensino médio possuem conhecimentos a respeito dos temas relacionados a política e privatização. A pesquisa seria realizada com quatro turmas de 3º anos em duas escolas A e B da rede pública de ensino localizadas na periferia de Maceió. As referidas escolas, identificadas como A e B são escolas da rede estadual de Alagoas.

O tema das privatizações tem estado constantemente presente no noticiário, sendo uma das medidas adotadas por governos recentes, e inclusive no âmbito do atual governo federal, como medidas de caráter neoliberais, ocorrendo de variadas formas seja por mudança de posse, pela abertura do mercado interno a novas empresas ou por concessão de direitos, ganhando força a partir do Consenso de Washington em 1989. Para Muller "[...] as privatizações surgem como sugestão aos Estados endividados como forma de combate à crise"(2008, p. 11), esse tipo de discurso ocorreu no Brasil na década de 1990 e tem se repetido e ganhado força no atual governo brasileiro.

Entre os jovens os temas referentes a política e seus desencadeamentos parecem familiares por estarem constantemente sendo tratados pela mídia e ao mesmo tempo algo distante pela falta de entendimento do assunto. A privação de conhecimentos sobre o tema no ambiente escolar ou de não se perceber como parte afetada positivamente ou negativamente pelos encaminhamentos dados por ela, fazem com que esses estudantes desconheçam seu papel na sociedade.

O Ensino Médio se constitui na última etapa da educação básica, tem duração de três anos e constantemente está em debates por estar basicamente voltado para o mercado de trabalho ou o ingresso na Universidade, não tendo uma identidade própria. Sofre com os altos índices de reprovação, de evasão e falta de qualidade do ensino, além de não ter alcançado a universalização do acesso principalmente entre a população menos favorecida.

Devido a todos esses problemas o Governo Federal propôs um novo modelo para o Ensino Médio, uma Reforma que modifica os conteúdos trabalhados e o formato das aulas dessa etapa da educação básica. Com o novo modelo o acesso ao conhecimento ficará subordinado ainda mais aos interesses do mercado que veem

nesses jovens apenas mão de obra barata e numerosa. Segundo Krawczyk:

O conhecimento também é identificado como o capital mais importante do trabalhador nas novas formas de produção. Assim, o discurso dominante – o político, o empresarial e o da mídia – reforça a ideia de que o ensino médio facilita a inserção no mercado do trabalho. (2011, p. 11).

Essa formação com interesse mercadológico tira dos estudantes a formação humana e social imprescindível para seu desenvolvimento enquanto cidadão participante e engajado nas questões desenroladas no seu território. Uma população jovem sem poder de questionamento e pensamento racional devido a privação de conhecimentos é uma população subserviente e apropriada para ser explorada e massacrada pelos detentores do poder. De acordo com Krawczyk (2011, p. 12).

Numa época de desemprego massivo, a formação estabelece hierarquia entre os jovens de classes populares e, por isso, o diploma é um motivo, ainda que frágil, para os alunos estudarem.

A busca por um diploma e por uma posição no mercado de trabalho acaba por privar os alunos do debate e de análises críticas sobre assuntos essenciais a sociedade.

Em termos de relevância do estudo, consideramos que a realização desta pesquisa nos permitirá ampliar a visão dos jovens participantes sobre a importância de ter uma reflexão crítica acerca das decisões políticas que se desenrolam no território brasileiro.

A política está diretamente ligada ao nosso cotidiano sendo uma das relações estabelecidas no território e que impactam a nossa vida diretamente sendo necessário que as pessoas se vejam participantes dos encaminhamentos dados por ela.

Apesar da clareza da pesquisadora sobre a relevância dos conhecimentos acerca dos assuntos que envolvem a política nacional e local para vida desses jovens, é necessário investigar o que esses estudantes compreendem sobre os temas política e privatização.

O trabalho está dividido em: três partes

A primeira parte apresenta conceitos sobre os temas política e privatização,

sobre o Programa Nacional de Desestatização e o Programa de Parcerias e Investimentos.

O capítulo 2 trata da atual política de privatizações e seus desencadeamentos no território alagoano, as privatizações ocorridas de 1992 a 2015 além das ações do PPI no estado. O capítulo 3 apresenta a pesquisa realizada com os alunos do terceiro ano do ensino médio sobre o tema do trabalho trazendo as opiniões e a percepção dos alunos sobre o assunto.

Na conclusão do trabalho aparecem as considerações a respeito da pesquisa bem como as dificuldades que surgiram no decorrer do trabalho como a relacionada a Pandemia dae Coronavirus Disease 2019 (Covid 19).

Tendo em vista o atual cenário brasileiro que tem como um de seus pilares econômicos uma política neoliberal apoiada nas privatizações, acredita-se ser importante conhecer a concepção dos alunos do 3ª ano do Ensino médio acerca desse tema. Nesta perspectiva o meu interesse em discutir essa temática é dialogar com esses jovens eleitores sobre política e privatização e o papel destes na sociedade brasileira.

Esse trabalho visa contribuir com as discussões sobre o papel da Geografia na compreensão das relações, notadamente políticas que se estabelecem no território brasileiro. Além disso busca através da Geografia escolar uma reflexão crítica dos alunos do Ensino médio frente aos acontecimentos que se estabelecem na sociedade brasileira e conseqüentemente nas decisões políticas no âmbito nacional e no âmbito local, assim como algumas implicações dela, a exemplo das privatizações.

A investigação parte da seguinte pergunta: Os alunos do 3ª ano do Ensino médio possuem conhecimentos sobre os temas política e privatização?

Essa pergunta desdobra-se nas seguintes questões:

a) Os alunos têm tido uma reflexão crítica acerca dos acontecimentos que envolvem a atual política brasileira?

b) Os alunos têm interesse em assuntos relacionados a política?

A partir da pergunta central, e das perguntas norteadoras, a pesquisa terá como objetivo geral: Investigar e analisar se os alunos do 3º ano do Ensino médio possuem conhecimentos acerca dos temas política e privatização.

Os objetivos específicos são: Evidenciar o que compreende os termos política e privatização trazendo autores que tratem dessa temática, assim como reportagens, analisar o atual processo de privatizações no território alagoano discutir as concepções dos alunos do 3º anos do Ensino Médio nas aulas de Geografia sobre o tema política e debater as opiniões dos alunos do 3º ano do Ensino Médio nas aulas de Geografia sobre o tema privatização.

A pesquisa seria realizada em duas escolas da rede pública de ensino com alunos do último ano do Ensino médio. A investigação seria realizada com uma abordagem de base qualitativa, e o percurso metodológico deste estudo, se desenvolve a partir de levantamento de referencial teórico, visita as escolas, aplicação de questionário com quatro turmas de Geografia do 3º ano do Ensino médio, registros fotográficos, tabulação dos dados, elaboração de gráficos e tabelas e análise dos dados coletados.

## **2 NOÇÕES SOBRE POLÍTICA E PRIVATIZAÇÃO**

### **2.1 O papel do Estado na economia e o Neoliberalismo**

Conhecer a relação entre a sociedade e o Estado bem como seu funcionamento em todos os níveis de atuação deveria ser um dever de todo cidadão crítico e consciente do seu papel enquanto fiscalizador dos atos da administração pública. No entanto, a falta de interesse ou de conhecimentos a respeito da sua função de controlador social dos gastos públicos e de participação na gestão pública os distanciam e os impedem de se envolver nos assuntos tão importantes para o bem estar da população.

O termo política tão comumente pronunciado pela população e frequentemente discutido na sociedade de maneira geral, mas principalmente através da mídia, nem sempre é realizado com uma base conceitual de sua função e seu papel na sociedade. Normalmente lhe é atribuída uma caricatura de corrupta, de injusta, de desonesta e uma forma de conseguir vantagem em benefício próprio, como uma ascensão social para os políticos eleitos. Isso faz com que boa parte da população descredite em sua eficácia e importância e não o de verdadeiro valor ao seu poder de exercer a sua cidadania e democracia através do voto. O que faz com que os representantes do povo possam tirar proveito dessa falta de informação e se beneficiarem com o distanciamento e a participação política por parte da população.

Recentemente as discussões a respeito da importância da presença do Estado na economia tem estado em pauta. A defesa da diminuição da interferência do Estado no mercado tem sido defendida pelos Neoliberais que tem trabalhado de maneira rápida e incisiva para solucionar o problema das despesas públicas, acusadas de serem as grandes causadoras do déficit dos cofres públicos. No entanto, o Estado possui funções específicas no desenvolvimento econômico, social e cultural de um país como na sua atuação para solucionar as falhas de mercado, a exemplo o desemprego.

O ideário neoliberal tem se difundido entre boa parte da população brasileira recentemente e tem servido de apoio para o avanço de abordagens que entendem o Estado como uma espécie de vilão, impedindo o desenvolvimento do país. Essa indução da população ao erro, associada a desinformação e falta de conhecimentos sobre os sistemas políticos estão fazendo o país retroceder nas políticas sociais e na melhoria das condições de vida conquistadas nos anos anteriores com a socialdemocracia dos governos Lula e Dilma.



Privatizar, de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio significa "[...] trazer para o setor privado ou particular um bem público, passar para domínio de empresa privada o que era do poder do Estado". (FERREIRA, 2001, p. 557), já no Novíssimo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni, privatizar diz respeito a "Aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma empresa privada" (SANDRONI, 1999, p. 495). Segundo o BNDES é a "Venda de empresa estatal, com passagem do controle sobre os ativos à iniciativa privada em definitivo" (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, s.n.t.). Tal iniciativa que parte do governo trás inúmeras implicações nas dinâmicas territoriais e em grande parte simboliza perdas no bem estar social da população.

O ato de privatizar está associado ao tipo de política adotado por governos de direita e extrema direita que defendem com afincos o caráter milagroso dessa medida para a solução dos problemas que assolam a economia de países subdesenvolvidos. O interessante é que nos países de primeiro mundo os governos adotam medidas protecionistas para sua economia interna, mas defendem com destreza que os países de terceiro mundo escancarem suas economias em favor do tão sonhado desenvolvimento econômico.

Países como Inglaterra, Itália e a França tiveram suas fases de privatizações de suas empresas, mas o processo ocorrido nesses países muito difere do brasileiro. A grande diferença da privatização brasileira está nos baixos preços em que as empresas foram leiloadas, poucos compradores gerando monopólio e investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos compradores.

O BNDES teve um papel importante nas privatizações. Durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo foi escolhido como banco gestor do Programa Nacional de Desestatização (PND). A atuação do banco estava além da organização dos leilões para a venda das empresas, sendo que o BNDES atuava também como financiador, fornecendo empréstimos aos compradores.

Enquanto países asiáticos e centrais têm suas instituições financeiras de fomento de longo prazo, no Brasil estamos destruindo o BNDES, a instituição mais importante para um projeto nacional, construído pelo maior estadista desse país: Getúlio Vargas (GALA, 2000).

Com a economia doméstica totalmente aberta para o capital estrangeiro ocorre um enfraquecimento das empresas nacionais e as perdas para os pequenos

empresários podem ser bem significativas e devastadoras como: perda de mercado consumidor , perda de empregos nesses setores, dificuldade de se manter competitivo no mercado devido ao custo da produção ser mais elevado do que os das grandes empresas estrangeiras o que faz o preço ser maior na maioria dos casos, além de outras questões.

Alguns autores tratam desse fenômeno ocorrido no Brasil nos governos Sarney, Collor e Itamar Franco, mas com ênfase maior na década de 90 onde as privatizações se concretizaram com maior vigor a partir da criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) e tiveram seu auge no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A transferência de um bem estatal para o setor particular trás inúmeras implicações para a população, para a economia e para o desenvolvimento do país, tanto benéficas quanto prejudiciais dependendo de qual setor foi privatizado e da forma como se deu esse processo.

As empresas estatais em países que adotaram políticas Neoliberais sofrem com a desvalorização, com o sucateamento e são acusadas de serem as grandes responsáveis pelo déficit das contas públicas. Muitas das vezes o setor público sofre com a má administração e gerenciamento, além do nepotismo e camaradagem que ainda estão presentes em muitas áreas, no entanto a solução para esses problemas está bem distante de ser encontrada com a privatização.

Aqui no Brasil para conquistar o apoio popular alguns tipos de discursos foram disseminados e serviram de justificativa para tais ações. Para Ribeiro Júnior

As pessoas precisavam entender que leiloar patrimônio público “seria um benefício” para todos. O Estado reduziria suas dívidas interna e externa e receberia um aporte de dólares que permitiria que se dedicasse somente à saúde, à educação e a um ou outro setor. (2011, p. 38).

Esse tipo de promessa na qual a população será a maior beneficiária é quase sempre utilizada como estratégia para que haja uma aceitação e acomodação diante do furto dos bens públicos. O baixo nível de instrução da população é um agente facilitador no momento da conquista do apoio popular que esperançoso por melhores condições

de vida, como mais empregos, educação e saúde de qualidade são inebriados por tais promessas. O jornalista Amaury Ribeiro Júnior em seu livro "A Privatária Tucana", deixa evidente todo o esquema de desvio do dinheiro público e dos prejuízos a curto e a longo prazo para o país com essas medidas.

Durante a era Vargas o Brasil se incluiu no processo de industrialização dando início a criação de várias empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras fazendo o país ter um crescimento significativo e uma transformação de uma economia predominantemente agrária para industrial.

No entanto, nos últimos anos tem ocorrido um processo oposto a industrialização, a desindustrialização implicando em perda da competitividade no mercado internacional das empresas nacionais fazendo com que algumas delas fechem as portas decretando falência.

O processo de desindustrialização enfrentado pelo Brasil tem o tornado cada vez mais distante dos países desenvolvidos ao favorecer a extinção de importantes empresas nacionais. Há sempre a sensação de estar correndo atrás do crescimento, do desenvolvimento, da competitividade com o mercado internacional, no entanto, a desindustrialização tem feito o país retroceder cada vez mais e permanecer agroexportador com ano após ano tendo o Produto Interno Bruto (PIB) apoiado nesse setor. As indústrias na soma total do PIB nacional brasileiro tem tido pouca relevância e cada vez mais tem diminuído sua participação na ascensão do país.

Muitos defendem que as privatizações dinamizam a economia e são importantes para o crescimento do país por trazerem consigo investimentos do capital estrangeiro que faz com que haja geração de empregos e circulação de mercadorias com preços mais acessíveis. No entanto, crescimento econômico não implica diretamente em desenvolvimento econômico e na prática os ganhos para a população são ínfimos e a perda do bem estatal imensurável. De acordo com Carrano

A relação entre neoliberalismo e mundo do trabalho foi marcada pela flexibilização do trabalho, achatamento dos salários e desemprego permanente. (2010, p. 24).

Na execução das políticas Neoliberais os resultados são bem evidentes com perdas para a população e lucro para os empresários. Um dos grandes problemas de políticas Neoliberais para economias de países subdesenvolvidos é a inexistência de incentivos para o desenvolvimento de empresas nacionais e de um mercado interno forte e competitivo. Ainda de acordo com Carrano:

Na sua raiz, o neoliberalismo é o resgate do ideário de completa não-intervenção do Estado e auto-organização do mercado, baseado nas idéias de Frederich Von Hayek, autor de O Caminho da Servidão, e Milton Friedman (da escola de Chicago), entre outros. (2010, p. 7).

A defesa exacerbada de colocar praticamente todas as empresas estatais disponíveis no mercado para serem dilaceradas e adquiridas pelo capital estrangeiro traz um ambiente pouco favorável para que haja um desenvolvimento social igualitário para a população.

## **2.2 O Programa Nacional de Desestatização (PND)**

Em 12 de abril de 1990 foi criado o Programa Nacional de Desestatização durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello pela Lei Nº 8.031, sendo presidido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e tendo como objetivo principal privatizar as empresas que pertenciam ao Estado.

Pela primeira vez o discurso da necessidade de privatizar para sanar os déficits públicos e controlar a inflação é utilizado associado à inevitabilidade de uma reforma do Estado restringindo sua presença a determinados setores econômicos. Segundo o BNDES, "Desestatização é a venda de ativos públicos ou a transferência da prestação de serviço público à iniciativa privada por prazo determinado." (2016, on-line).

Em 1991 a primeira empresa estatal a ser privatizada foi a Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A) a um valor de US\$ 1,74 bilhão pago em parte por moedas podres<sup>1</sup> e em meio a muitos protestos, marcando o início do programa. Hoje a

---

<sup>1</sup> Conforme Sandroni (2002, p. 520), moeda podre é a “[...] denominação dada aos títulos da dívida pública de longo prazo não pagos no vencimento – como os Títulos da Dívida Agrária (utilizados na privatização da Usiminas), debêntures da Siderbrás, letras hipotecárias da Caixa Econômica Federal (utilizadas para saldar dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais) – e aceitos pelo seu valor de face nos processos de privatização, sendo o seu valor de mercado bem inferior àquele.” (p.

Usiminas possui um valor de mercado superior a R\$ 17 bilhões, demonstrando sua alta lucratividade. De acordo com Velasco Júnior

A lógica da escolha da Usiminas para inaugurar o programa foi também coerente com uma estratégia que permitia não só fornecer credibilidade às intenções do governo, como ainda reduzir a resistência de setores inicialmente afetados, a exemplo do setor financeiro. (2010, p. 352).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) as desestatizações tiveram continuidade, foram agilizadas e vários setores foram privatizados. A primeira empresa privatizada na gestão de FHC foi a Light e em seguida a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1997. Segundo Tavares:

O desempenho das agora empresas privadas aumentou consideravelmente, os novos dirigentes realizaram investimentos em tecnologia, algumas financiadas pelo BNDES. Empresas como a CVRD e a Usiminas, dispararam no mercado com a utilização correta dos seus potenciais. (2019, p. 64).

A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1º de junho de 1942 tendo o objetivo de operar as minas de minério de ferro do estado de Minas Gerais. Com patrimônio líquido de 10,5 bilhões em 1995 sendo a maior empresa produtora e exportadora de minério de ferro do mundo, e maior produtora de ouro da América Latina é uma empresa extremamente lucrativa apresentando um lucro líquido em 1995 de R\$ 329 milhões. De acordo com Corrêa (2010, p.61) “[...] em 1999 a CVRD obteve o maior lucro de sua história até então: R\$ 1, 251 bilhão”.

Dados do Relatório de atividades do BNDES em 2015 demonstram que de 1990 a 2015 foram desestatizadas 72 empresas no total (Tabela 1). Destas, 27 (vinte e sete) apenas do setor petroquímico, seguidas de oito do setor siderúrgico, sete do setor portuário e sete do setor ferroviário. Outros setores também tiveram empresas desestatizadas, só que em menor número, como os setores de fertilizantes, mineração e financeiro por exemplo.

No referido Relatório são citadas as despesas administrativas do Programa Nacional de Desestatização (PND) por ano, de 1990 a 2015. Das despesas descritas estão os gastos com consultoria e publicidade ocupando as primeiras posições. Nesse período os custos tiveram uma oscilação significativa sendo de 1991 a 2002 os anos

que obtiveram maiores dispêndios com destaque para o ano de 1997 aonde os gastos chegaram a 67,7 milhões. De acordo com Biondi:

O governo diz que arrecadou 85,2 bilhões de reais com as privatizações. Mas contas 'escondidas' mostram que há um valor maior, de 87,6 bilhões de reais, a ser descontado daquela 'entrada de caixa' (2003, p. 68).

**Tabela 1 - Desestatizações (1990 a 2015)**

<b>Setor</b>	<b>Número de empresas</b>
Petroquímico	27
Siderúrgico	8
Portuário	7
Ferroviário	7
Outros	23
<b>Total</b>	<b>72</b>

Fonte: Relatórios do PND, 2015, p8. Elaboração da autora, 09.2019.

Isso demonstra que na realidade o país não teve benefício nenhum para a população com as privatizações. O governo no fim de tudo gastou mais do que recebeu e só obteve prejuízos com essas medidas tomadas de forma irresponsável.

No período de 2003 a 2015 as despesas não ultrapassaram três milhões, sendo o ano com a despesa maior o de 2012 com 2,6 milhões. Os dados revelam a intensidade e a velocidade que as desestatizações tiveram no Brasil na década de 1990 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Entre as empresas que passaram pelo processo de concessão, privatização e desestatização nos governos petistas estão: o Banco do Estado do Maranhão S.A (78 milhões) e o Banco do Estado do Ceará S.A (700 milhões) ambos vendidos ao Bradesco S.A. O Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves, localizado em São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Natal - Rio Grande do Norte, os Aeroportos Internacionais de Viracopos-Campinas e São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro , ambos em São Paulo e Presidente Juscelino Kubitschek em Brasília – Distrito Federal. No governo Lula teve a criação do PPPs (Parcerias Público - Privadas) que obtiveram investimentos privados na área de infraestrutura.

O PND tinha outros objetivos de acordo com o site Portal da câmara dos deputados como:

I - Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à

iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;

Um dos objetivos do PND citado na referida lei seria transferir a iniciativa privada algumas atividades que não seriam adequadas para serem administradas pelo setor público, no entanto as áreas que entraram na onda das privatizações inicialmente foram os setores de siderurgia, de eletricidade e de telecomunicações. Esses setores são extremamente importantes para o país o que deixa a dúvida da necessidade de terem sido inseridos nesse processo.

Com o Estado assumindo setores importantes para a economia nacional como o de transportes, o siderúrgico, o ferroviário e o de mineração, por exemplo, a economia doméstica se torna forte e independente dos fatores externos. Essa independência faz com que o país conquiste sua soberania e tenha capacidade de competir com empresas estrangeiras, além de baratear os serviços para a população.

### **2.3 Empresas previstas para as privatizações**

A criação da Secretária Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados (SEDDM), criada a partir de janeiro de 2019 sob o comando do Secretário Especial de Privatizações José Salim Mattar Junior, (proprietário da empresa de locação de veículos Localiza Rent a Car S.A.), divulgada pelo Ministro de Estado da Economia Paulo Guedes visa acelerar as desestatizações previstas para os próximos meses. Esse fato revela a voracidade do governo para iniciar a venda das empresas estatais podendo acarretar nos mesmos erros do passado, como por exemplo: leilões com poucos concorrentes e preço abaixo do valor de mercado. Ressalte-se que há pouca divulgação dos negócios realizados, como a venda do gasoduto da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), bem como da BR Distribuidora, além de refinarias e outros negócios da própria Petrobras.

Recentemente o governo divulgou uma lista com as empresas estatais que serão privatizadas, privatizações projetadas para o período posterior a aprovação da Reforma da Previdência, ao todo 17 empresas foram incluídas no projeto entre elas: Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Agência Brasileira Gestora de Fundos

Garantidores e Garantias S.A.. (ABGF), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), Casa da Moeda, Ceagesp, Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasaminas), Companhia Brasileira de Trens Urbanos(CBTU), Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBC), Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A (Ceitec), Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) e Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), entre outras. A divulgação da lista vem acompanhada dos mesmos discursos utilizados anteriormente como pretexto para tal ação e com apoio da mídia nacional. De acordo com Biondi:

Os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do 'esgotamento dos recursos do Estado' (2003, p. 21).

A reprodução de falas já conhecidas pelo povo por parte do governo e dos meios de comunicação demonstram que os resultados obtidos também serão os mesmos caso as privatizações entrem em curso. A influência da mídia sobre a população brasileira é muito significativa, antes o meio de informação com maior força de influência era o televisivo, os jornais principalmente, hoje essa amplitude está dividida com as redes sociais.

O avanço da internet atingindo todas as classes sociais trouxe inúmeros benefícios como o acesso à informação, no entanto a informação dissociada de outros conhecimentos é perigosa e pode ser utilizada de maneira fraudulenta, como no fenômeno recente das chamadas fake news.

A pouca memória da população serve como barreira para que não haja condições de analisar as semelhanças desse processo atual com o ocorrido na década de 1990 que foi desastroso para a economia brasileira e conseqüentemente para a população, mas, afinal de contas, a campanha midiática favorável ao processo não suscita o debate e não apresenta nenhum contraponto a essa discussão.

Entre as empresas estatais que estão nos planos do governo para serem privatizadas estão os Correios, empresa extremamente importante na logística do país, empresa que integra todo o território nacional estando presente até nos interiores mais



distantes do Brasil (BRANDÃO, 2019). Outra empresa que está nos planos do governo para a privatização é a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) que contém acesso a inúmeras informações pessoais da população e que sua possível administração pela iniciativa privada pode ser extremamente perigoso para o país.

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) as empresas estatais só poderão ser privatizadas com o congresso autorizando devidamente o processo, o que barra um pouco a velocidade das ações e minimiza seus efeitos mais devastadores.

## 2.4 O Programa de Parcerias e Investimentos (PPI)

O Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Governo Federal é conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tendo como finalidade segundo o site Programa de Parcerias e Investimentos do Governo Federal - PPI "[...] ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização". O programa foi criado em 2016 tendo um Conselho e uma Secretaria do PPI na organização as ações.

O PPI tem um total de 53 projetos concluídos nas áreas de portos, aeroportos, ferrovias e transmissão de energia ( Tabela 2). Os projetos envolvem concessões, privatizações, arrendamentos e regime de partilha das empresas envolvidas. Entre os projetos concluídos estão a concessão dos aeroportos internacionais de Maceió - Zumbi dos Palmares, no estado de Alagoas e o de Fortaleza -Pinto Martins, no estado do Ceará e de blocos exploratórios de Petróleo e Gás natural entre outros.

**Tabela 2 - Projetos do PPI concluídos por setor**

Setor	Número de Empresas
Portos	23
Aeroportos	5
Transmissão e distribuição de energia	11
Óleo e gás	7

Continuação

Mineração

1

**Tabela 2- Projetos do PPI concluídos por setor**

Setor	Número de Empresas	Conclusão
Ferrovias	2	
Rodovias	2	
Outros	2	
<b>Total</b>	<b>53</b>	

Fonte: Site Programa de Parcerias de Investimentos, 15 janeiro de 2020. Disponível em: <ppi.gov.br> Acesso em: 03 de março . de 2020. Elaboração da autora, abril de 2020.

Existem 109 projetos do PPI em andamento em todo o Brasil distribuídos entre vários setores como o de rodovias, portos, mineração e distribuição de energia. No total são 134 projetos e 12 políticas públicas inclusos no cronograma do PPI que possui dentro desse total 15 empresas estais previstas para desestatização. A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) seria a primeira empresa desestatizada em 2020.

Os projetos envolvem parceria público-privadas, privatizações e desestatizações (Tabela 2) entre outras. O PPI possui algumas diretrizes que norteiam o programa entre elas: Máximo rigor técnico nas concessões, ampliação da segurança jurídica, diretrizes de licenciamento ambiental, mudanças na contratação do financiamento entre outros. De acordo com Brito e Silveira

As parcerias não devem ser confundidas com as privatizações. Embora resultantes de um mesmo processo de reforma e modernização do Estado, as privatizações implicam a alienação de ativos públicos ao setor privado, enquanto nas PPP ocorre o inverso: ao término do contrato, a infraestrutura implementada é transferida ao setor público. (2005, p. 9).

O PPI possui um projeto de privatização que envolve a Eletrobras e dois de Parceria Público-Privada envolvendo o Comando da Aeronáutica - (COMAER), PPP Radiocomunicação Digital Crítica de Segurança Pública e Defesa e o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em andamento. Entre as desestatizações se destacam os Correios e a Dataprev, empresas estatais extremamente importantes.

Em recente reunião Martha Seillier, Secretaria Especial do PPI, afirmou que as desestatizações serão aceleradas. A expectativa é que com o fim da pandemia do coronavírus a retomada econômica se dará com os investimentos externos no país

através das privatizações e concessões de empresas brasileiras. No balanço da 13ª reunião as notícias divulgadas envolvem a agilidade na privatização de setores como o de transportes, de energia, meio ambiente, turismo e de mobilidade urbana por exemplo.

Nessa imagem do site Programa de Parcerias de Investimento (Imagem 1) a Secretária Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos Marta Seillier, juntamente com o Ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho e da vice-presidente da Caixa, Thatiana Thomé, realizam leilões para concessão dos serviços de iluminação pública nos estados de Sergipe, Bahia e São Paulo.

**Imagem1 - Leilão realizado em 14/08/2020 para a concessão de serviços de iluminação**



Fonte: Site do Programa de Parcerias de Investimentos, 2020. Disponível em: <ppi.gov.br> Acesso em: 12 de set. de 2020.

Com a recente crise econômica decorrente da pandemia, a política de privatizações ganhará uma força ainda maior tendo em vista que a população tem expectativas de melhoria na economia e os discursos de solução milagrosa serão difundidos. O risco de ocorrer os mesmos equívocos do passado fica mais latente e o futuro esperado de avanços e desenvolvimento incerto.

## **2.5 Petrobras: um caso à parte**

Criada em 3 de outubro de 1953 no governo de Getúlio Vargas, a Petróleo

Brasileiro S.A. mais conhecida como Petrobras, empresa reconhecida internacionalmente e ganhadora de inúmeros prêmios e certificados por sua capacidade técnica e inovação tecnológica sendo altamente lucrativa, está na mira do governo para desinvestimentos. A empresa foi criada com o objetivo de atuar nas áreas de exploração, refino e comercialização do petróleo e seus derivados de forma doméstica e internacional.

#### Quadro - Projetos em andamento do PPI

<b>Tipo</b>	<b>Empresa</b>
Privatização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Telecomunicações Brasileiras S.A.(Telebrás)</li> </ul>
Parceria Público-privada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos para realizar parceria com a iniciativa privada Grupo Hospitalar Conceição (GHC)</li> <li>• PPP para Gestão de Rede de Comunicações - Comando da Aeronáutica (COMAER)</li> <li>• PPP Radiocomunicação Digital Crítica de Segurança Pública e Defesa</li> </ul>
Desestatização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Companhia Brasileira de trens urbanos (CBTU)</li> <li>• Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev)</li> <li>• Casa da Moeda do Brasil</li> <li>• Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA)</li> <li>• Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF)</li> <li>• Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)</li> <li>• Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)</li> <li>• Porto Organizado de São Sebastião (SP)</li> <li>• Empresa Brasileira de Comunicação (EBC)</li> <li>• Empresa de Trens Urbanos e Porto Alegre S/A (Trensurb)</li> <li>• Porto de Santos</li> <li>• Centro de Empreendedorismos e Inovação Tecnológica (CEITEC)</li> <li>• Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)</li> <li>• Telecomunicações Brasileiras S.A.(Telebrás)</li> <li>• Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep)</li> <li>• Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)</li> <li>• Venda de participações acionárias da Infraero</li> </ul>

Fonte: Site do Programa de Parcerias de Investimentos, mar. de 2020. Disponível em: <ppi.gov.br> Acesso em: 11 de abr. de 2020. Elaboração da autora, 25 de abr. de 2020.

No ano 2000, algumas ações da Petrobras foram vendidas no valor total de R\$ 7,2 bilhões e em 2006, ainda no governo Lula, teve uma descoberta extremamente importante para a empresa, o pré-sal, que é uma reserva de petróleo e gás natural que fez o Brasil situar-se entre os principais exportadores de petróleo do mundo, sendo importante para a economia do país.

No ano de 2016 a estatal teve uma produção de petróleo no pré-sal alcançando a marca de 1 milhão de barris por dia e em 2019 apresentou um lucro líquido de R\$ 40,1 bilhões. A empresa possui inúmeras empresas subsidiárias e atua em variados ramos como o de gás natural, fertilizantes, geração de energia elétrica,

produção de biocombustíveis e de distribuição sendo muito importante na economia do país.

A Petrobras tem uma produção diária de 2,77 milhões de barris por dia, com 6,587 poços produtores e 107 plataformas em produção. Tem 500.000 acionistas e um quadro de 57.983 empregados, além de 13 refinarias.

A privatização da maior empresa brasileira líder em exploração de petróleo em águas profundas, Petrobras, traz inúmeras implicações para a economia do país. Bem mais que um bem estatal ser concedido ou vendido ao setor privado, a privatização da Petrobras afeta a soberania nacional e revela sua importância geopolítica no cenário mundial. De acordo com a revista Carta Capital

Após a criação da Secretaria Especial de Desestatização, em 2019, o governo já vendeu a BR Distribuidora, a distribuidora Liquigás e a Transportadora Associada de Gás (TAG) – as três eram subsidiárias da Petrobras. (2020,online).

A venda da BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras, com 7,5 mil postos de combustíveis em todo o país tira da mão do Estado seu controle acionário. Com a venda teve início o plano de demissões voluntárias visando aumentar a lucratividade da empresa, em média a proposta é de desligamento de 30% dos funcionários.

Além da privatização de empresas subsidiárias, a venda dos ativos (blocos de exploração e extração de petróleo) também são desvantajosas para o país tendo em vista a produção futura dessas reservas.

Além disso, de acordo com o jornal El País “Além do Desinvestimento”, há um movimento de redução da participação do Governo na estatal”, esse fato deixou muitos trabalhadores da empresa insatisfeitos, preocupados e associados a outras questões ocasionou a greve iniciada em fevereiro de 2020 que pouco repercutiu na mídia televisiva.

Um dos fatores que acarretou na greve dos petroleiros foi o fantasma da demissão, com a venda da fábrica Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), cerca de 1000 trabalhadores estão ameaçados de serem dispensados, a manifestação se estendeu por 13 estados com um total de 21 mil trabalhadores mobilizados. De acordo com a

matéria da revista Valor Econômico.

[...] o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que o processo de desinvestimento da empresa, iniciado em 2015, não é um desmonte. [...]. Ele disse que a empresa pretende investir US\$ 105 bilhões, acima dos US\$ 85 bilhões até 2023 previstos anteriormente, e levantar entre US\$ 30 bilhões e US\$ 35 bilhões com o programa de desinvestimentos nos próximos cinco anos. (2019, p. 3).

O plano estratégico da empresa de 2020-2024 prevê ainda o desinvestimento em oito refinarias:

- a) Refinaria Abreu e Lima (RNEST) - estado de Pernambuco;
- b) Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM) - estado da Bahia;
- c) Refinaria Presidente Getúlio Vargas ou Refinaria do Paraná (REPAR) - estado do homônimo;
- d) Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) - estado do Rio Grande do Sul;
- e) Refinaria Gabriel Passos (REGAP) - estado de Minas Gerais;
- f) Refinaria Isaac Sabbá (REMAN) - estado de Amazonas;
- g) Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Petrobras LUBNOR) - estado do Ceará;
- h) Unidade de Industrialização do Xisto (SIX) - estado do Paraná.

Há também a proposta de criação de treze novas plataformas até o final do plano e um investimento na Bacia de Campos de US\$ 20 bilhões.

### **3 A ATUAL POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES E OS REFLEXOS NO TERRITÓRIO ALAGOANO**

#### **3.1 A Privatização da Companhia Energética de Alagoas e do Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares**

As decisões tomadas pelo Governo Federal acarreta implicações políticas e sociais em todo o território brasileiro. O ano de 2019, desde o início, foi bombardeado com notícias referentes a privatização de vários setores, no caso de Alagoas por exemplo, com a venda do Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares e da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), já incorporada pela Eletrobras Distribuição Alagoas.

Mesmo diante da insatisfação e de protestos dos servidores das duas instituições a venda foi concretizada e as duas empresas passaram a ser presididas pelo capital privado. De acordo com o Portal [Gazetaweb.com/Noticias](http://Gazetaweb.com/Noticias)

A Eletrobras Distribuição Alagoas foi arrematada pela proponente Equatorial Energia após lance único oferecido em leilão realizado na tarde desta sexta-feira (28) na sede da B3, antiga Bolsa de Valores de São Paulo, pelo preço simbólico de R\$ 50 mil. (BARBOSA, 2019, on-line).

A venda da Eletrobras a um valor simbólico de R\$ 50 mil reais e sem concorrência causa novamente muitas discussões referentes a real necessidade de uma política de privatizações para o crescimento econômico do país.

Abrir mão de setores estratégicos para a soberania nacional do Estado como o setor de distribuição de energia em detrimento do capital estrangeiro pode vir a ser extremamente prejudicial para a sociedade com ineficiência dos serviços prestados e aumento de preços.

Desde que Grupo Equatorial Energia assumiu a concessão para distribuição de energia elétrica no estado de Alagoas, após o leilão, inúmeros episódios de apagões e quedas de energia tem sido registrados em todo o estado gerando insatisfação na população. Isso demonstra que as expectativas com a desestatização da empresa não foram alcançadas.

Essas ocorrências trouxeram prejuízos em diversos setores econômicos do estado como na área de comércio e serviços, no campo da saúde onde houve nos

hospitais problemas no atendimento aos pacientes e para a população em geral que teve perdas de alimentos das geladeiras e de eletrodomésticos em suas residências. Outros problemas inerentes as constantes quedas de energia também são desencadeados como a interrupção do abastecimento de água pela Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal)

Os órgãos de defesa do consumidor de Alagoas registraram como uma das reclamações mais recorrentes os cortes de energia e cobranças indevidas nas faturas de energia da população colocando a empresa Equatorial Energia entre as campeãs nas reclamações. A Defensoria Pública e o Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor de Alagoas (Procon/AL) estão tratando as reclamações de maneira individual e coletiva tendo em vista o alto número de consumidores insatisfeitos.

Ao assumir a concessão a empresa apresentou suas diretrizes e algumas medidas que seriam tomadas como o aumento da tarifa na conta de energia e um plano de demissões voluntárias para os antigos funcionários da Eletrobras por exemplo. Essas medidas em nada favorecem a população, ao contrário trazem inúmeros prejuízos a sociedade e constrangimentos aos funcionários que em boa parte dedicaram uma vida inteira de trabalhos prestados a antiga empresa.

A Eletrobrás Distribuição Alagoas (Companhia Energética do Estado de Alagoas - CEAL) proporcionava um programa de tarifa social para a população de baixa renda que englobava inúmeras situações. Descontos na conta de energia elétrica para beneficiários de programas sociais e que estejam inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), famílias que possuem algum componente familiar que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e famílias que tenham um consumo maior de energia devido a necessidade de equipamentos elétricos para tratamentos de saúde por exemplo, através da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

O benefício também inclui famílias indígenas e quilombolas na tarifa social e os descontos podem chegar a 100% de acordo com o consumo mensal e para ter acesso basta comparecer aos postos da Eletrobras e apresentar o Número de Identificação Social (NIS). Com a venda da empresa estatal para uma companhia privada as incertezas sobre a continuidade desses benefícios sociais ficam evidentes, já que o principal objetivo que move as empresas privadas é a obtenção do lucro.



As demissões na empresa tiveram início e de 500 a 600 pessoas já foram dispensadas nos primeiros meses da nova gestão, cerca de 50% do quadro de funcionários. Preocupados com as demissões muitos trabalhadores que ingressaram na empresa por méritos próprios através de concurso público resolveram aderir ao Plano de Demissões Voluntárias se desligando da empresa.

No caso do Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares concedido a empresa espanhola AenaDesarrollo Internacional por 30 anos, tem promessas de investimentos visando sua melhoria e eficiência na prestação de serviços. No entanto, antes das ações privatizantes promessas de investimentos, de melhorias para a população, de maior eficiência nos serviços sempre são divulgadas e enaltecidas gerando inúmeros apoiadores que iludidos pelas promissoras vantagens veem seus bens públicos serem entregues ao capital estrangeiro.

O Ministério do Turismo (MTur) divulgou recentemente uma pesquisa sobre o grau de satisfação dos passageiros e o desempenho operacional dos aeroportos do país e na lista divulgada o Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares foi eleito o melhor do Nordeste e o 5º melhor do país no segundo trimestre de 2019. Esse fato demonstra a eficiência e eficácia na prestação de serviços aos passageiros antes mesmo da posse da empresa espanhola *Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.* (Aena Internacional).

A divulgação dessa pesquisa traz à tona novas indagações a respeito da necessidade de tirar do poder público e transferir ao capital privado a posse de determinadas empresas nacionais. A venda do Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares levanta o questionamento sobre determinadas justificativas que são utilizadas ao se leiloar empresas com uma alta qualidade de serviços prestados de acordo com os usuários, revelando ser um bem lucrativo para o Estado.

A privatização da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), está prevista para o mês de maio de 2020 apesar dos problemas decorrentes a pandemia do Coronavírus. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) optou por dar continuidade ao processo e o governo de Alagoas divulgou informações que o plano de privatização da Casal terá investimentos na casa dos 2,5 R\$ bilhões por parte da empresa vencedora no leilão. O plano prevê ainda a universalização dos

serviços de água e esgoto até 2033.

### **3.2 Privatizações em Alagoas de 1992-2015**

A nova política implementada no Brasil a partir dos anos 1990 com reformas econômicas e a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), não foi diferente da política realizada em Alagoas. Algumas empresas entraram na lista para as privatizações como a Salgema Indústrias Químicas S./A, a Companhia Energética e Alagoas (Ceal) e a Companhia Alagoas Industrial S.A (Cinal), posteriormente incorporada pela Braskem.

A Salgema Indústrias Químicas S.A, empresa localizada em Maceió – estado de Alagoas , é especializada na produção de soda caustica e produtos derivados tendo como matéria prima a sal-gema. Em 1994, seu patrimônio líquido era de R\$ 521 milhões, sendo aprovado o valor mínimo para venda de 100% de seu capital por R\$ 309,5 milhões. Na década de 80 a Salgema S.A foi incorporada no grupo Odebrecht e em 2002 mudou seu nome para Braskem S/A.

As ações da empresa foram vendidas em dois leilões realizados no ano 1995, sendo os pagamentos divididos em dívidas securitizadas da união (48%), debêntures da Siderbras (31%) e moeda corrente (10%). Não houve restrições para investidores estrangeiros e o mínimo exigido para o pagamento em moeda corrente foi de 10%.

A distribuidora de energia elétrica em Alagoas (Ceal), estava incluída entre as empresas a serem privatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND) no ano de 1998 fazendo parte do Sistema Eletrobras. A empresa seria leiloada no dia 03\12\1998 com 87,37% do seu capital total a venda entre ações ordinárias e preferenciais, com preço mínimo estipulado de 313,1 milhões. Por falta de compradores a privatização foi cancelada e programada para o ano seguinte. De acordo com Velasco Júnior .:

No período do governo FHC, fora do âmbito do PND, o BNDES também participou ativamente de um programa de apoio a desestatizações de empresas estaduais, em especial do setor elétrico, envolvendo a venda de controle ou mesmo de participações minoritárias. ( 2010, p. 63).

A Companhia Alagoas Industrial S.A (Cinal), sociedade de capital fechado, é uma empresa fornecedora de insumos para o setor Cloroquímico de Alagoas. Em 2010 a empresa foi incorporada pela Braskem S/A apresentando um patrimônio líquido de R\$ 27.833.860,44.<sup>2</sup>

A Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), com sede na cidade de Camaçari, tinha uma de suas unidades na cidade de Marechal Deodoro, em Alagoas, com 180 mil t/ano de policloreto de vinila (PVC). A participação acionária da empresa Petroquisa com 33,3 % do capital, uma das sócias, foi incluída no PND em 1994.

O Porto de Maceió, juntamente com outros portos como o de Recife - Pernambuco, Porto Velho – Rondônia e Manaus - Amazonas, no ano de 1996, estavam incluídos nos estudos para as desestatizações em andamento em 1996. A privatização será feita com os arrendamentos das respectivas áreas.

### 3.3 O programa de parcerias e investimentos em Alagoas

Em Alagoas, o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), incluso no Programa Nacional de Desestatização (PND) do Governo Federal, tem seis projetos concluídos (Tabela 4) e oito projetos previstos para privatizações, concessões e parceria público-privada em andamento.

Entre os projetos concluídos estão: o Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares, a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), o Leilão de Concessão de Instalações de Transmissão nº 2\2018, Leilão de Energia Nova (LEN) “A-4” de 2019 e Petróleo e Gás – 14ª e 15ª Rodadas de Licitações de Blocos no Regime de Concessão de blocos exploratórios e petróleo.

**Tabela 4 - Projetos do PPI concluídos em Alagoas por setor**

Setor	Número de empresas
Aeroportos	1
Transmissão e distribuição de energia	2
Geração de energia	1
Óleo e gás	2
Total	6

Fonte: Site do Programa de Parcerias de Investimentos, mar. de 2020. Disponível em: <ppi.gov.br>

<sup>2</sup> Disponível em: <braskem-ri.com.br/(2020)>. Acesso: 02 de jun. de 2020.

Acesso em: 18 de fev. de 2020. Elaboração da autora ,abr. de 2020.

O Aeroporto Internacional de Maceió - Zumbi dos Palmares esteve incluído no bloco do Nordeste junto com os aeroportos de João Pessoa e Campina Grande - Paraíba, Recife - Pernambuco, Aracaju – Sergipe e Juazeiro do Norte - Ceará. O bloco foi arrematado pela *Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea Desarrollo Internacional SME S.A (Aena, SME S.A.)* por R\$ 1,9 bilhão em leilão realizado no estado de São Paulo. Com relação a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), responsável por 1.045.000 consumidores atendidos em 102 municípios contemplando todo o estado. A Companhia foi arrematada pela empresa Equatorial Energia em leilão realizado no dia 28\12\2018, após o governo não renovar os contratos de concessão até então existentes.

A concessão de instalações de transmissão nº 2\2018 ocorrida em leilão realizado em 28\06\2018 em São Paulo pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) possuía um total de 20 lotes distribuídos em 16 estados. Foram arrematados

2.562 km de linha de transmissão e subestações com um período de concessões de 30 anos tendo como vencedoras no lote de Alagoas o Consórcio BrEnergia/Enind Energia (Brenergia Energias Renováveis Ltda. 0,5%; Brasil Digital Telecomunicações Ltda. 49,5% e Enind Engenharia e Comércio Ltda 50%)

O leilão de Energia nova A-4 ocorrido em 28 de junho de 2019, teve como finalidade a venda de novas fontes de energia como a eólica, a termelétrica, a solar fotovoltaica, a biomassa e a hidrelétrica com o apoio do Ministério de Minas e Energia (MME). Os contratos variam no prazo de duração de vinte a trinta anos de acordo com a fonte de energia escolhida. O saldo do leilão inclui 15 projetos contratados divididos em cinco empreendimentos hidrelétricos, um termelétrico, três eólicos, e seis fotovoltaicos.

A 14ª rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural foi composta por 37 blocos com área de 25.011 km². Ao todo oito países participaram da licitação com vinte empresas interessadas, destas dezessete entre empresas nacionais e estrangeiras arremataram os blocos.

A 15ª rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e

Gás Natural realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), incluiu as bacias marítimas de Sergipe-Alagoas (setores SSEAL-AUP1 e AUP2). De acordo com o site do Programa de Parcerias de Investimentos (2020), A assinatura dos contratos de concessão ocorreram em duas etapas no dia 11\07\2018 e 07\11\2018 com um total de 12 licitantes que arremataram 22 blocos de exploração.

Entre os projetos que estão em andamento no momento, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) está incluída. De acordo com o jornal Gazeta de Alagoas

Além da privatização da CBTU, outros 5 projetos de parcerias estão em andamento no estado, e envolvem a concessão de exploração de petróleo em Piaçabuçu; concessão de linhas de transmissão com aproximadamente 7.800 mega-volt-amperes (MVA) que passam por Alagoas; política de fomento à cabotagem, que é o transporte realizado entre Portos do mesmo País, e uma Parceria Público- Privada (PPP) para delegar à iniciativa privada a elaboração de projeto, instalação, operação, gestão e manutenção da infraestrutura de comunicações, controle e gestão das redes de comunicação do Comando da Aeronáutica (Comaer). (2020, on-line).

No caso da privatização da CBTU entrar em vigor as perdas na mobilidade urbana podem ser gigantescas, além da elevação do preço dos transportes. Outros serviços ofertados a população podem ser afetados como o Trem do Sururu, que favorece o transporte de sururu pelas marisqueiras da região metropolitana de Maceió que comercializam seus produtos no mercado da produção, nos meses de outubro há o projeto VLT, criança como você , que dá espaço as escolas públicas para levarem seus alunos gratuitamente para passeios de trem. Outros atrativos ofertados a população de forma gratuita são o Trem do forro, o Trem da galera e o Natal dos lindeiros.

Com a privatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), parte desses serviços podem se extinguir e haverá prejuízo para a população de baixa renda que depende muito desses serviços. No caso da comercialização do sururu, por exemplo, o único transporte acessível para as marisqueiras transportarem o marisco é o trem de ferro, por possuir um preço acessível e permitir o carregamento dos baldes repletos do marisco.

O Terminal Mac 10 em Maceió localizado no Porto de Maceió tem uma área de 7.932 m<sup>2</sup> sendo especializado na exploração de granel líquido como o ácido sulfúrico. O

contrato de arrendamento terá uma duração de 25 anos e poderá ser prorrogado por até 70 anos. Há uma previsão de 12 R\$ milhões em investimentos no terminal.

A Parceria Público-Privada para Gestão de Rede de Comunicações Comando da Aeronáutica (COMAER), tem o objetivo de contratar um serviço de gestão por no mínimo de 25 anos substituindo os 68 contratos existentes até o presente momento. Esse serviço inclui que a empresa contratada mantenha uma infraestrutura de comunicações entre outras atribuições.

Conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os estudos para concessão de 7.213 km de rodovias, sendo 15 trechos rodoviários em 13 unidades da federação, tem a finalidade de analisar a viabilidade econômica, técnica e ambiental dos projetos propostos e atrair investidores. Os estudos darão suporte a concessão das rodovias e dos contratos assinados em parceria público-privada.

A política de estímulo a cabotagem unificada no programa Br do mar, tem o objetivo de ampliar o ramo de cabotagem brasileiro, fornecer segurança regulatória aos investidores privados, reduzir os custos operacionais e estimular o transporte por cabotagem entre outras melhorias.

A desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) tem como objetivo principal diminuir a participação do Estado no capital da empresa e injetar recursos no tesouro nacional, além de ter uma melhor eficiência nos serviços. A empresa possui 13 subsidiárias, um centro de pesquisa e algumas participações sendo a maior empresa de energia elétrica da América Latina.

O leilão de energia nova A-6 terá o objetivo de vender novas fontes de energia como a eólica, a solar fotovoltaica, a biomassa, a termelétrica e a hidrelétrica. A previsão de realização do leilão será em 26/09/2020 com o aval do Ministério de Minas e Energia (MME).

O último projeto em andamento até o momento da pesquisa são as acumulações marginais, aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), por meio a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 17, de 08/06/2017. Serão ofertadas as áreas que não foram

arrematadas em licitações anteriores com o objetivo de que empresas de pequeno e médio porte participem do processo de produção e exploração de petróleo e gás natural.

**Quadro 2 - Projetos do PPI em andamento em Alagoas**

<b>Tipo</b>	<b>Ação, Projeto e/ou Empresa</b>	<b>Ação, Projeto e/ou Empresa</b>
<b>Arrendamento</b>	MAC 10 - terminal de granéis líquidos no porto de Maceió/AL	
<b>Concessão</b>	Acumulações Marginais (Oferta Permanente)	Estudos para concessão de 7.213 km de rodovias 15 Trechos rodoviários em 13 Ufs
<b>Privatização</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras	
<b>Desestatização</b>	Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	
<b>Parceria Público- Privada</b>	PPP para Gestão de Rede de Comunicações Comando da Aeronáutica COMAER	
<b>Contrato de Comercialização de Energia Regulada</b>	Leilão de Energia Nova A-6/2020	
<b>Política De Fomento</b>	Política de estímulo à cabotagem, denominada br do mar	

Fonte: Site do Programa de Parcerias de Investimentos, mês abreviado. de 2020. Disponível em: <ppi.gov.br> Acesso em: 15 de nov. de 2019. Elaboração da autora, nov. de 2019.

Recentemente, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) , divulgou notícias sobre as concessões de campos de terra e águas rasas localizadas em Alagoas e em Sergipe. A oferta descrita como "oportunidade" pelo governo excluirá o estado das participações da Petrobras.

O Polo Cloroquímico de Alagoas (PCA) compreende 7 concessões distribuídas entre as cidades de São Miguel dos Campos, Pilar, Coqueiro Seco, Coruripe, Feliz Deserto, Jequiá da Praia, Marechal Deodoro, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba. A exploração de petróleo e gás em Alagoas encontra-se concentrada na área litorânea do estado. A matéria Reflexos da privatização revela o seguinte:

O Estado brasileiro deteve, durante 44 anos, o monopólio sobre a exploração

das reservas petrolíferas e minerais. A quebra do monopólio foi iniciada em 1995 e selada em 1997, com a Lei 9478, a chamada “Lei do Petróleo, assinada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (2010, p. 31).

OPCA produz óleo e gás natural tendo em 2019 uma produção de 2.348 por mês em média de óleo e 856 mil <sup>3</sup> de gás estando entre as concessões previstas pela empresa. O pólo tem recebido poucos investimentos da empresa estatal o que impacta diretamente na produção e na lucratividade, mesmo assim a produção é suficiente para o abastecimento do mercado interno alagoano.

A Petrobras tem o objetivo de concentrar seus recursos na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultra profunda e vender seus ativos e uma das estratégias da empresa. A empresa concentrara seus recursos na área do pré-sal e seus demais ativos sofrerão com o desinvestimento e posteriormente serão vendidos.

Com a venda do PCA as cidades alagoanas produtoras de petróleo que recebem a distribuição dos royalties e participações podem perder essa fonte de recurso tão importante na receita dos municípios. A cidade de Pilar é a principal região produtora de gás no estado. De acordo com Portal Gazetaweb.globo.com/Notícias

O levantamento da ANP revela que em maio, o município alagoano que mais recebeu royalties foi Pilar, com R\$ 468,5 mil. No acumulado do ano, o município localizado na região metropolitana de Maceió recebeu R\$ 3,76 milhões (NEALDO, 2020, on-line).

Além dos royalties, pode ocorrer um aumento no valor do botijão de gás de cozinha e dos combustíveis e a preocupação dos funcionários da estatal com demissões e diminuição de salários já se torna evidente. Os petroleiros do estado tem lutado para que a venda da estatal não se concretize e buscam apoio popular.

No dia 04 de agosto de 2020, ocorreram protestos dos trabalhadores da petroleira contra a privatização da empresa. Os funcionários afirmam que terão que aderir ao plano de demissões voluntarias ou até mesmo solicitar transferência para outro polo.

Alguns setores no estado defendem que a privatização trará mais investimentos ao polo aumentando a produção e a lucratividade da empresa que conseqüentemente aumentará o repasse ao estado. Como sempre, tais setores divulgam suas expectativas e defendem, no caso, que a venda da estatal traga



inúmeros benefícios para o desenvolvimento da região, e assim, a empresa vai sendo desmembrada.

## **4 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE POLÍTICA E PRIVATIZAÇÕES**

### **4.1 Importância da Geografia política na análise crítica dos alunos**

A Geografia Política, um dos ramos da Ciência Geográfica, possui uma gama de conceitos e métodos que fornecem condições para análises das questões políticas que se estabelecem no mundo. Conceitos como território, fronteira, recursos dentre outros auxiliam na promoção da discussão e do debate sobre os acontecimentos políticos o que favorece o desenvolvimento crítico e cidadão da sociedade. Para Teixeira e Silva

[...] a Geografia Política origina-se como uma das subáreas da Geografia, por meio dos estudos de Friedrich Ratzel, estabelecendo as suas primeiras bases teóricas com uma concepção de Estado ligada a localização, posição, recursos, fronteiras, território, população e com uma centralidade do poder político. (2015, p. 136).

Com o objetivo de promover essa reflexão, a presente pesquisa realizada com 40 alunos do terceiro ano do ensino médio em uma escola da rede pública de ensino de Maceió objetivou analisar a percepção dos estudantes sobre o tema Política e privatização.

A pesquisa se baseou na aplicação de questionário sobre o tema da pesquisa com questões objetivas e dissertativas em duas turmas distintas onde os alunos puderam expressar seus conhecimentos e opiniões. O questionário foi aplicado na quarta aula, após o intervalo, em ambas as turmas com o auxílio do professor regente.

A média de alunos na turma era de 33 estudantes matriculados, mas alguns não estavam presentes no momento da abordagem, no entanto boa parte deles se disponibilizaram a responder a pesquisa. Ao se depararem com o tema do questionário alguns alunos resolveram não participar e alegaram não gostar do assunto, no entanto o aproveitamento foi bom tendo a participação de 40 alunos em um total de 58 presentes nas duas turmas.

O questionário é composto por oito perguntas que incluem assuntos referentes a política e o processo de privatização que tem se desencadeado no país.

A pesquisa foi aplicada no mês de março de 2020, tendo a participação efetiva dos alunos considerando que a maior parte deles se prontificou a responder as perguntas (Imagens 2 e 3).

A pesquisa inicialmente seria realizada em quatro turmas de duas escolas distintas, no entanto durante a aplicação do questionário, ocorrido no mês de março, as medidas contra o Corona Vírus impossibilitaram a visita na segunda escola. Na semana seguinte a aplicação do questionário na primeira escola as atividades foram paralisadas dando-se início a quarentena com o distanciamento social.



**Imagem 2 - Escola A - Turma 1**  
**Fonte:** Acervo pessoal, mar, 2020.

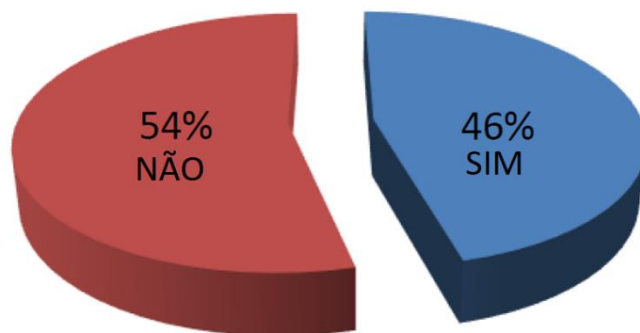


**Imagem 2 - Escola A - Turma 2**  
**Fonte:** Acervo pessoal, mar, 2020.

#### **4.2 Análise dos questionários aplicados nas Turmas A e B**

Os participantes da pesquisa serão chamados de A1, A2 em diante. A primeira pergunta do questionário se referiu ao termo política. Inicialmente quando perguntados sobre o que é política 54% dos alunos informaram não saber do que se trata, 46% demonstram ter noções sobre o tema conforme (Gráfico 1).

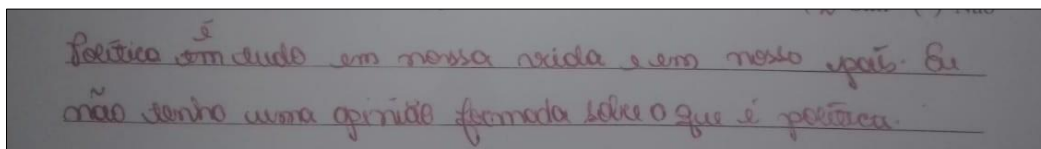
**Gráfico 1 - Conhecimento dos alunos sobre política**



Fonte: Dados da pesquisa, mar. de 2020

Entre os estudantes que alegaram não entender o que se refere o termo política eis a resposta de um aluno (Figura 1).

**Figura 1 - Resposta de aluno 1 sobre o que política**



Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

Dos 46% que afirmaram saber o que é política as respostas divergiram entre algo ligado a democracia, a corrupção ou a associação foi feita com a origem da palavra.

Entre os alunos que informaram saber o que é política as associações feitas por eles no primeiro grupo de respostas se referiam a política como um termo ligado a democracia, as leis e com o exercício do voto, como é expresso nessas respostas de cinco alunos.

A.2: "Política é uma forma de democracia ou de outros meios de decidir certas leis ou tomar decisões que vão refletir na população".

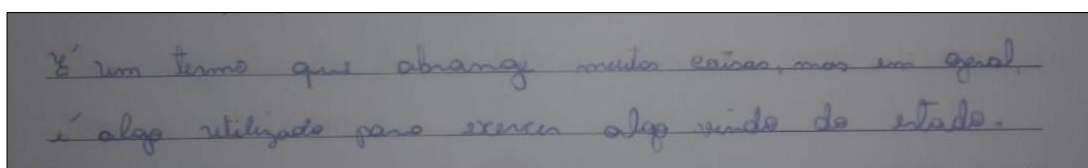
A.3: "Política é a atividade desempenhada pelo cidadão quando exerce os direitos em assuntos através da sua opinião e de seu voto".

A.4: "Política é o ato democrático de eleição para selecionar representantes".

A.5: "A meu ver política é uma organização que rege o país e que deveria aplicar as leis de forma correta"

Nessa resposta o estudante atribui ao termo política uma multiplicidade de significados, mas o associa como exercício de funções que se relacionam ao Estado (Figura 2).

**Figura 2 - Resposta de aluno 2 sobre o que política**



Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

Nessa resposta de um dos alunos o termo política está relacionado com as leis que regem um País, como o tipo de governo que é exercido em um território.

A.1: " Um conjunto de leis, medidas usadas para governar um estado\país".O segundo grupo de alunos que afirmaram saber o que é política teve um padrão de respostas diferente do anterior demonstrando associá-la com a corrupção e como uma maneira de enganar a população e extrair proveitos. Isso deixa claro a influência da mídia na formação dessas opiniões.

A.6: "Política é o artifício que o Estado usa na busca de ludibriar a população".

A.7: "Política é uma pirâmide de decisões e ao mesmo tempo de roubo".

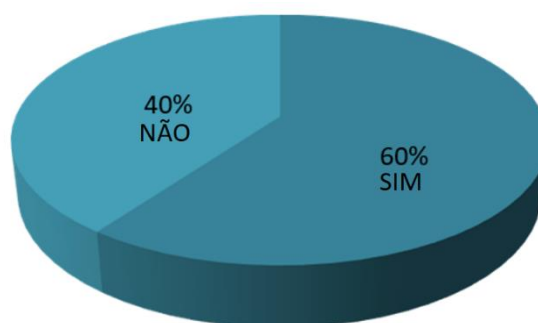
O terceiro grupo relacionou a política com sua origem na palavra "polis" e com o ato de administrar uma determinada porção do território, revelando uma associação com os conteúdos vistos em sala de aula.

A.8:" Política vem de "polis" que significa cidade. Política significa ao todo: governo, povo e leis".

A.9: "Uma forma de administrar um lugar (polis) de uma maneira que as pessoas participantes possam manejar aquele lugar".

A segunda pergunta do questionário se referiu aos conhecimentos dos alunos a respeito do termo privatização. Dos estudantes que responderam à pergunta 60% alegaram saber a que se refere e 40% demonstraram desconhecimento do assunto (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Conhecimento dos alunos cerca de privatização**



Fonte: Dados da pesquisa, mar. de 2020.

Entre os 60% que responderam sobre o assunto o primeiro grupo de respostas revelaram que os alunos veem a privatização de forma mais clara a associando a uma mudança de posse do setor público para o privado conforme essas respostas de quatro

alunos.

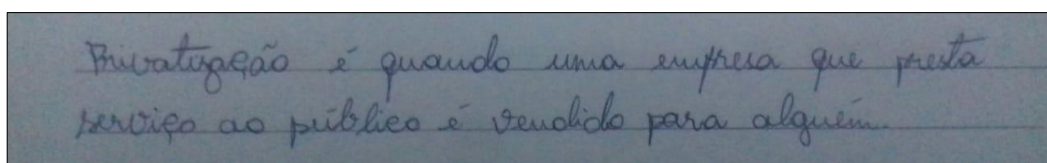
A.1: "É um esquema onde uma empresa passa a ser controlada por uma pessoa (dono) ao invés de ser pelo governo".

A.2: "Quando uma empresa tem dono e não é o governo ou o Estado".

A.3: "É quando algo que era público que passou a ser privado".

Nesse trecho (Figura 3) é feita pelo aluno uma associação ligando a privatização a perda e serviços para a população.

**Figura 3 - Resposta de aluno 4 sobre o que privatização**



Privatização é quando uma empresa que presta serviços ao público é vendida para alguém.

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

O segundo grupo tem uma visão a respeito das privatizações de um ponto de vista mais social, associando a restrição do acesso a uma parcela da população que pode dispor dos serviços em detrimento de outra que se torna excluída ao acesso.

A.6: "É quando uma empresa, por exemplo, passa a ser fechada e é necessário pagamento para usar seus recursos".

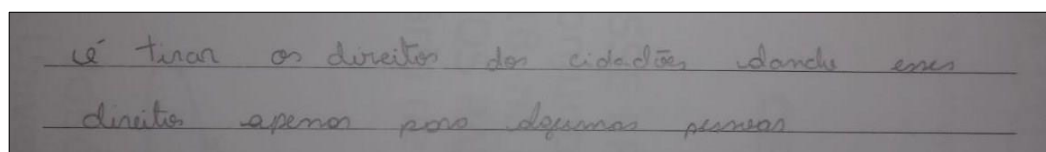
A.8: "Privatização é o ato de disponibilizar não para todos, mas para os que podem patrocinar".

A.9: "Privar algo do povo ou fechar"

A.10: "É algo que é feito apenas para algumas pessoas".

Nessa resposta (Figura 4) é evidenciada a perda de direitos dos cidadãos que não dispõem de recursos financeiros para usufruir determinados serviços em detrimento de outros.

**Figura 4 - Resposta de aluno 5 sobre o que privatização**



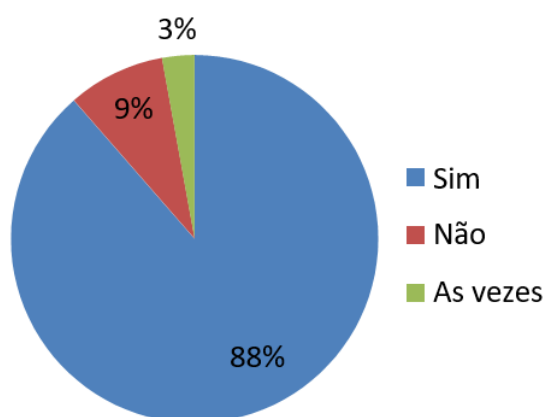
é tirar os direitos dos cidadãos quando esses direitos apenas para algumas pessoas

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

A terceira pergunta do questionário se referiu a importância de se conhecer as

questões políticas que ocorrem no território. Os alunos responderam se consideram importante ou não ter conhecimentos sobre esse assunto, sendo que 88% afirma ser importante obter essas informações, 9% não considera importante e apenas 3% informa que as vezes é importante dependendo do assunto tratado (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Importância de conhecer as questões políticas que ocorrem no território**

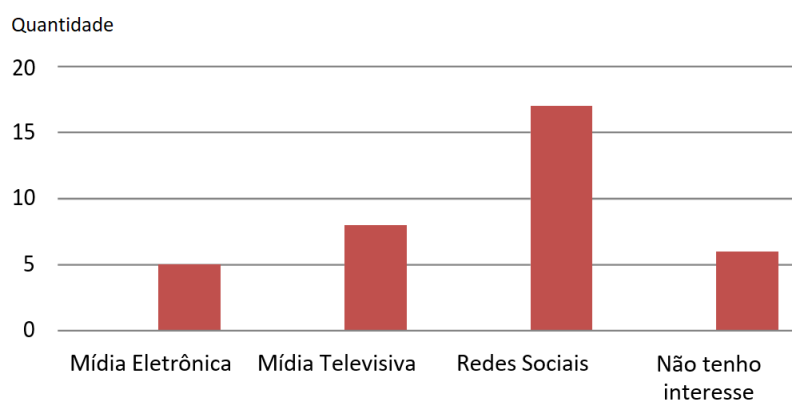


Fonte: Dados da pesquisa, mar. de 2020.

Quando perguntados sobre o meio pelo qual eles obtêm informações a respeito dos assuntos relacionados a política, os alunos revelaram que o meio mais utilizado são as redes sociais, seguida da mídia televisiva, os que não tem interesse no assunto e a mídia eletrônica (Gráfico 4).

Isso expressa que o meio de comunicação mais utilizado recentemente em todo o mundo para relacionamentos sociais, também tem sido o mais acessado quando se trata de assuntos políticos por parte dos estudantes.

**Gráfico 4 - Meio utilizado para obter informações sobre política**

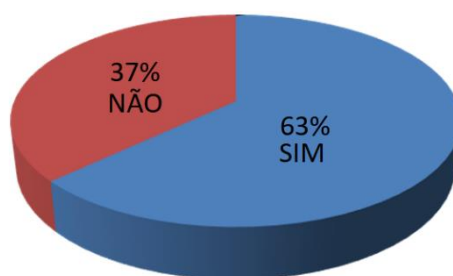


Fonte: Dados da pesquisa, mar. de 2020.



Quando questionados sobre a diferença entre o público e o privado na quinta pergunta 63% informaram saber a diferença e 37% desconhecem o assunto (Gráfico 5) as respostas dos alunos divergiram em alguns pontos, no entanto a maioria relacionou o público como algo de acesso a todos e privado com restrição do acesso.

**Gráfico 5 - Conhecimentos acerca da diferença entre público e privado**



Fonte: Dados da pesquisa, mar. de 2020.

O primeiro grupo de alunos fizeram a associação do público sendo de acesso para todos e privado para uma parcela específica da população que pode dispor dos serviços.

A.2: "Público para todos e privado só para quem tem condições de pagar."

A.8: "Público todos podem acessar e privado apenas os privilegiados".

A.11: "Público é para todos e privado é para apenas alguns".

A.12: "Privado recebe verba de algum órgão ou seu investidor, público recebe a verba pelo governo, ou seja, todos".

A.13: "Público é algo que deve ser do acesso de todos e privado deve-se pagar para utilizar de tais recursos."

Nessa resposta (Figura 5) o aluno associa o público como de propriedade do governo, ou seja, do povo e o privado restrito a um grupo ou um indivíduo.

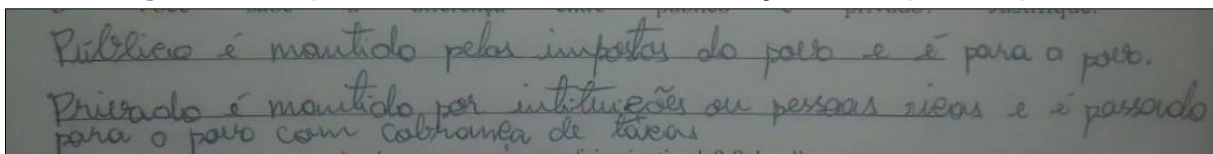
**Figura 5 - Resposta de aluno 6 sobre a diferença entre o público/privado**

Público seria algo pertencente ao governo /  
povo. Privado seria algo que pertence a um grupo ou a uma  
pessoa.

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

Nessa outra resposta (Figura 6), o aluno tem uma clareza maior com relação ao público \ privado. É atribuído ao público a manutenção dos serviços através dos impostos da população sendo direcionado o serviço para o povo. No caso do privado a empresa pertenceria a um grupo de indivíduos ou a uma única pessoa.

**Figura 6 - Resposta de aluno 7 sobre a diferença entre o público/privado**



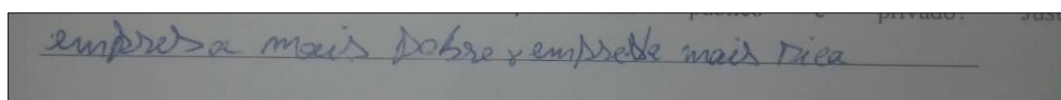
Público é mantido pelos impostos do povo e é para o povo.  
Privado é mantido por instituições ou pessoas ricas e é passado para o povo com cobrança de taxas

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

O segundo grupo de estudantes fez uma associação do público como sendo um serviço precário, em contrapartida o privado tendo um serviço mais avançado ao expressar a empresa pública sendo mais pobre e a empresa privada mais rica (Figura 7). Essa ideia revela o que boa parte da população tem no imaginário que tudo que é público é precário e desorganizado.

As empresas públicas normalmente sofrem com a falta de investimentos e de uma gestão de qualidade, em contrapartida as empresas privadas estão sempre recebendo investimentos o que as tornam mais lucrativas. Esse fato acaba por não ficar muito explícito para as pessoas acarretando nessa caricatura de pobre x rica no imaginário de alguns alunos como nesse trecho abaixo.

**Figura 7 - Resposta de aluno 9 sobre a diferença do público/privado**



empresa mais pobre e empresa mais rica

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

A respeito de empresas que foram privatizadas os alunos tiveram respostas mais restritas e boa parte não soube responder. Com relação a questão de melhoria com a privatização dessas empresas as respostas divergiram se dividindo em dois grupos. O primeiro grupo os que consideram que não houve melhorias e citaram ter uma piora após a privatização.

A.3: " Equatorial energia"

A.4: "Eletrobras foi privatizada, acredito que não tenha melhorado nada."

A.18: "Equatorial, não mudou nada".

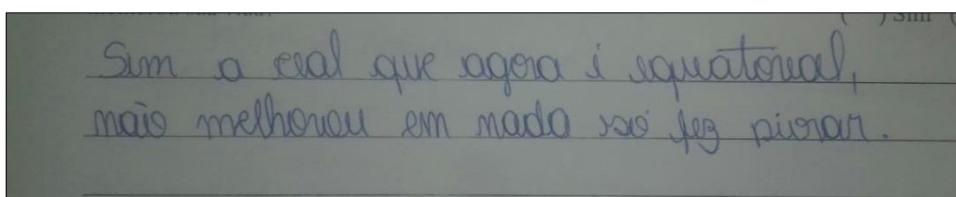
A.19: " Ronda no bairro"

A.21: "Hospital Veredas que antes era Hospital do Açúcar."

A.22: "Petrobrás"

Nesse outro trecho (Figura 8) o aluno cita a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e destaca que houve uma piora na prestação dos serviços, não identificando quais fatores ocasionaram a piora.

**Figura 8 - Resposta de aluno 1 sobre empresas que foram privatizadas**

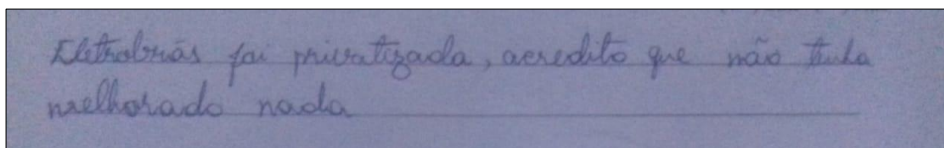


Sim a ceal que agora é equatorial,  
não melhorou em nada só fez piorar.

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

Nessa resposta (Figura 9), o aluno também cita a empresa Eletrobras Distribuição Alagoas, no entanto demonstra não saber se de fato houve melhorias no serviço.

**Figura 9 - Resposta de aluno 2 sobre empresas que foram privatizadas**



Eletrobrás foi privatizada, acredito que não teve  
melhorado nada.

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

O segundo grupo, os que citaram melhorias após o processo, mas também não exemplificaram de fato essas melhorias deixando as respostas confusas, está representado nessas respostas.

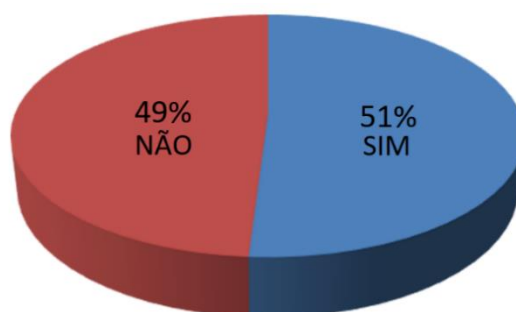
A.1: "Ceal, agora é Equatorial, melhorou em aspectos de agilidade no corte do não pagamento das contas da mesma".

A.20: "A empresa de energia Equatorial, sim melhorou."

A.25: " Equatorial, tornaram-se mais sigilosos com o policiamento da energia".

A última pergunta do questionário se referiu ao conhecimento dos alunos a respeito da função do Estado, 51% dos alunos afirmaram saber as funções do Estado e 49% alegaram desconhecer o assunto (Gráfico 6).

**Gráfico 6 - Conhecimento dos alunos acerca da função do Estado**



Fonte: Dados da pesquisa, mar. de 2020.

Entre os que informaram saber as funções do Estado as respostas se dividiram em dois grupos. O primeiro associando o Estado a melhoria de vida da população, a organização e ao cumprimento das leis de acordo com as respostas desses alunos.

A.2: "Prover melhoras na qualidade de vida e também administrar tudo isso como as necessidades básicas".

A.10: "É agir de acordo com a constituição, exercendo direitos e deveres da sociedade".

Nessa resposta (Figura 10) é atribuído ao Estado o papel de protetor e de mantenedor da paz para a população demonstrando a ideia do Estado como um órgão imprescindível para a manutenção da sociedade.

**Figura 10 - Resposta de aluno 1 sobre conhecimentos acerca da função do Estado**

R= Proteger, garantir, manter a organização e a paz da população.

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

Em uma das respostas dos alunos (Figura 11), é destacada a Constituição Federal como uma organizadora e o Estado está associado ao bem estar da população.

**Figura 11 - Resposta de aluno 2 sobre conhecimentos acerca da função do Estado**

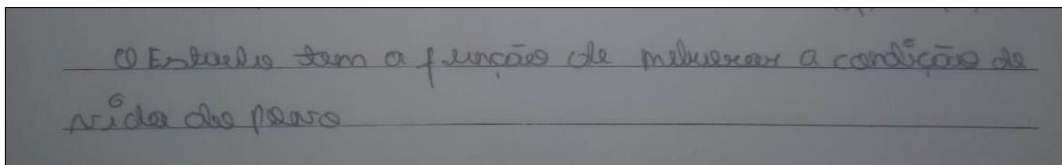
A função do Estado é seguir as leis impostas pela Constituição para o bem do povo.

Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

Essa relação do Estado como uma entidade regida por leis para a promoção do

bem-estar (Figura 12), demonstra uma percepção mais clara sobre o real papel do Estado para a sociedade.

**Figura12 - Resposta de aluno 3 sobre conhecimentos acerca da função do Estado**



Fonte: Questionário aplicado em mar. de 2020.

O segundo grupo relacionou o Estado a questão da corrupção difundida constantemente pela mídia reproduzindo falas prontas. Esse tipo de reprodução induz ao erro ao não se considerar a análise dos fatos e de dados verídicos, tornando-se em massa de manobra.

A.7: "Roubar dinheiro da população e usar a violência caso ela discorde".

A.26: "Seria reger as leis de forma correta, porém só sabe roubar"

A percepção dos alunos em cada resposta apresenta a junção do que eles apreendem da mídia e das redes sociais, somados aos conhecimentos adquiridos durante as aulas e em suas vivências diárias. Cada opinião foi expressa no questionário sem indução do que deveria ser respondido e sem qualquer influência.

## 5 CONCLUSÃO

A política brasileira ao longo das décadas tem passado por inúmeras modificações passando por um estágio onde houve um fortalecimento do Estado e outro com o enfraquecimento da máquina pública reduzindo sua atuação. Na década de 1980 teve início o processo de privatizações com a inclusão de empresas de pequeno porte nessa medida, tendo como objetivo retardar o crescimento do Estado no setor produtivo.

Na década seguinte, 1990, as privatizações foram intensificadas e ampliadas. O Programa Nacional de Desestatização (PND) e o Conselho Nacional de Desestatização (CND) foram criados, teve um apoio maciço as privatizações estaduais e as desestatizações entraram em vigor. O ano de 1997 foi o que obteve maior destaque nesse processo com o venda de empresas extremamente importantes para o país como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Todo esse processo implementado no Brasil de forma acelerada e sem nenhum cuidado resultou em inúmeros erros com prejuízos sentidos até hoje pela população. Os leilões foram realizados com preços insignificantes e com poucos compradores envolvidos e o país obteve mais prejuízos do que lucro nesse processo.

Os erros ocorridos no governo de Fernando Henrique Cardoso com relação as privatizações tendem a se repetir no atual governo. A venda de empresas importantes como Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) que prestam serviços imprescindíveis a população podem acarretar os mesmos prejuízos sentidos anteriormente.

Em Alagoas as privatizações não tiveram tantas vantagens para a população. A empresa Salgema S.A., por exemplo, que foi incorporada na Braskem, pela Odebrecht, tem trazido recentemente inúmeros problemas para os moradores da região do Pinheiro, Bebedouro e Mutange. A instabilidade nos terrenos foi claramente associada aos poços de exploração da Braskem S/A que como toda empresa privada tem como objetivo motivador a obtenção do lucro.

Em termos de Brasil, a Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce é um exemplo do nível de administração exercida após a privatização em 1997. Os recentes crimes ocorridos em suas barragens de rejeitos deixam evidente a busca pelo lucro e a falta de responsabilidade com a população local.

No caso da Eletrobras Distribuição Alagoas, vendida para o Grupo Equatorial Energia Equatorial Energia Alagoas, já apresenta inúmeros problemas causando transtornos para a população, principalmente de baixa renda. Aumento da tarifa de energia, cortes irregulares, quedas constantes do fornecimento de energia, acarretando o alto número de reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, além das demissões que atingiram inúmeros trabalhadores.

No atual cenário, com previsão de diversas privatizações e concessões no país as incertezas só aumentam com os rumos que serão dados a economia brasileira. Repetir os mesmos equívocos do passado será desastroso para o tão sonhado patamar de desenvolvimento socioeconômico que ficará ainda mais distante de ser atingido.

Tratar dessa temática com os alunos foi um passo importante na provocação das reflexões dos estudantes sobre esse assunto. É imprescindível conhecer as questões que ocorrem no mundo político, pois as decisões refletem diretamente na sociedade.

A aplicação do questionário envolveu 40 alunos participantes e deixou evidente a lacuna que existe na percepção dos alunos sobre as decisões políticas que se desencadeiam. Parte dessa defasagem se dá pela falta de interesse expressado por parte da turma nessas questões e outra parte pela utilização de fontes para obtenção de informação em sua maioria as redes sociais, grande dissipadora de informações falsas.

Contudo, grande parte dos estudantes expressaram ter noções sobre alguns pontos relacionados ao cenário político. Destacaram a privatização da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), e relacionaram as privatizações como algo ligado a perda de serviços públicos para a população e restrição de acesso.

Destacaram as funções do Estado visando o bem-estar da população como o

papel de protetor, organizador, mantenedor da paz e que segue leis definidas contidas na constituição federal. Ao Estado foi definido por alguns alunos o papel principal de promotor de melhorias para a população.

A pesquisa tinha como objetivo principal obter um maior número de estudantes respondendo o questionário para ter uma análise mais ampla, no entanto com o isolamento social a pesquisa foi aplicada somente em uma escola. A redução do número de participantes não afetou a pesquisa de maneira significativa, mas restringiu o ponto de vista dos alunos a uma única escola e conseqüentemente há um único professor de geografia que pode ter grande influência na reflexão dos alunos.

É necessário que haja pesquisas mais abrangentes envolvendo escolas diversificadas e com um maior número de alunos envolvidos para que possa ser realizadas análises mais completas.



## REFERÊNCIAS

OPORTUNIDADE de Investimento em Campos Terrestres e de Águas Rasas no Brasil. **Brain Market**, Salvador. Disponível em: <https://cutt.ly/RjlnYUZ>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

A LISTA das 17 estatais que serão privatizadas. **O antagonista**, São Paulo, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/ajlbN4p> />. Acesso em: 21 de out. de 2019.

**BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social** . Disponível em: <https://cutt.ly/LjIntV1>. Acesso em: 07, jul. de 2019.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Apoio do BNDES na PPP de Iluminação Pública de Porto Alegre**. Fernando Freire Dutra (Secretário Municipal Adjunto Secretaria de Parcerias Estratégicas). Disponível em: <https://cutt.ly/hjlbCUL> Acesso em: 16, out. de 2019.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. 11<sup>o</sup> reimpressão, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BORGES, Hebert. **CBTU deve ser próxima estatal a ser privatizada em alagoas**. Disponível em: <https://cutt.ly/6jlnRGo> Acesso em:30 de mar. de 2020.

BRITO, Barbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antônio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público Brasília, Brasília**, 56 (1): 7-21 Jan/Mar 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/xjlnrso>. Acesso em: 11, dez. de 2019.

CARRANO, Pedro. **Privatizações**: um jogo de cartas marcadas. Reflexos da privatização, publicação comemorativa aos 75 anos do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR). Edição única, 2010. n.p.

CORRÊA, Domingos Sávio. **Geografia das fusões e aquisições de empresas no Brasil**. Florianópolis, v. n. 20, p. 61 , jun., 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo dicionário da língua portuguesa. 4<sup>o</sup>. ed., Local: positivo , 2009 p. 557

GALA, Paulo. **O desmonte do BNDES**. Disponível em: <https://cutt.ly/sjlnwcJ>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje**. Cad. Pesqui. [online]. 2011, vol.41, n.144, pp.752-769. ISSN 0100-1574.. Disponível em: <https://cutt.ly/tjlnq9w>. Acesso em: 15, set. de 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados. LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990 - Legislação Informatizada – Dados da Norma. *Coleção de Leis do Brasil – 1990* Publicação Original. Portal da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, v. 2, p. 782. Disponível em: <https://cutt.ly/Ojlb9go>. Acesso em: 08, mai. de 2019.

MULLER, Rafael Moro. **Privatizações sob análise dos sistemas-mundo**: uma

reflexão sobre os efeitos do fenômeno no Brasil e no México, 1980 – 2000. Florianópolis, 2008. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

NEALDO, Carlos. Apesar de Pandemia, BNDES mantém Privatização da Casal para maio, Maceió, 23/04/2020. Economia. Disponível em: <https://cutt.ly/SjlnWGX>. Acesso em: 01 de jul. de 2020.

NEALDO, Carlos. Em meio à pandemia, arrecadação de royalties recua 31,7% nos municípios de AL. **Portal Gazetaweb.com/NOTÍCIAS**, Maceió, 27/06/2020. Economia. Disponível em: <https://cutt.ly/ujlb58e>. Acesso em: 01 de jul. de 2020.

RIBEIRO JÚNIOR , Amaury. **A privataria Tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011. (Coleção história agora; v. 5).

SANDRONI. Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 1º ed. Local: Best Seller, 1999 p. 495

BRANDÃO, Tatianne. Sindicato vai recorrer à bancada federal contra privatização dos Correios em AL. **Portal Gazetaweb.com/NOTÍCIAS**, Maceió, 07 ago. de 2019. Geral. Disponível em: <https://cutt.ly/Yjlb5t7>. Acesso em: 20 out. de 2019.

BARBOSA, Alexandre. Eletrobras Alagoas é arrematada em leilão por preço simbólico de R\$ 50 mil. **Portal Gazetaweb.com/NOTÍCIAS**, Maceió, 28 dez. de 2019. Economia. Disponível em: <https://cutt.ly/Ljlb4tr>. Acesso em: 10 jan. de 2020.

TEIXEIRA, Vanessa; SILVA, Márcia da. Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 133-155, 2015.

TAVARES, Maria dos Remédios Neres. **Estudos sobre as privatizações no Brasil na década de 1990**. Palmas Tocantins, 2019, 80 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal do Tocantins

VELASCO JUNIOR , Licínio. A privatização no sistema BNDES. **Revista do BNDES** 33, v. 1. n. 1, p. 307-382, jun. 2010.

## APÊNDICE

O presente questionário destina-se a conhecer a percepção dos alunos de Geografia do 3º ano do Ensino médio sobre os temas política e privatização. Peço que leia cada uma das questões atentamente e responda o mais sinceramente possível. Os dados obtidos destinam-se exclusivamente a um trabalho de investigação e o anonimato de cada participante será respeitado.

### A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO ACERCA DOS TEMAS POLÍTICA E PRIVATIZAÇÃO EM DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACEIÓ

1º Você sabe o que é política? Justifique.  Sim  Não

---

---

2ª Você sabe o que é privatização? Justifique.  Sim  Não

---

---

3º Você considera importante conhecer as questões políticas que ocorrem no território?

Sim  Não  As vezes

4º Qual meio você utiliza para se informar sobre os assuntos relacionados a política?

Mídia televisiva  Mídia eletrônica  Redes sociais  Não tenho interesse

5º Você sabe a diferença entre público e privado? Justifique.

---

---

6º Você sabe o nome de alguma empresa que foi privatizada? Sabe dizer em que essa privatização melhorou sua vida?"

Sim  Não

---

---

7º Você sabe a função do Estado ?  Sim  Não

---

---